

Assis, 01 de Abril de 2015.

Ofício COMDEMA 10/15

Ref.: Envio de Ata da 1.ª Reunião Ordinária do COMDEMA do ano 2015.

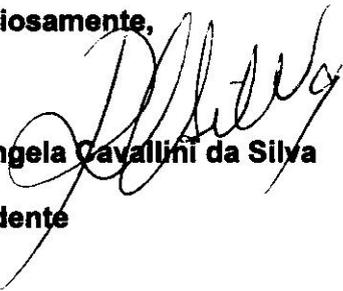
Exmo. Sr. Claudecir Rodrigues Martins
Presidente da Câmara Municipal de Assis

Senhor Presidente

Cumprimentando-o cordialmente, estamos encaminhando a Ata do dia 27 de Janeiro de 2015, já aprovada na reunião do dia 25 de Fevereiro de 2015-COMDEMA/ASSIS.

Nessa oportunidade levamos o conteúdo do documento ao conhecimento de VSa, para atender a Lei n.º 5798 de 11 de Outubro de 2013.

Atenciosamente,



Rosângela Cavallini da Silva

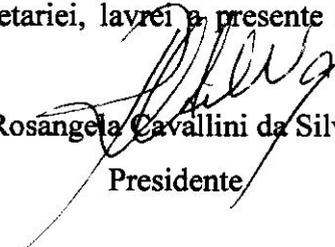
Presidente

1 No dia 27 de janeiro de dois mil e quinze, às quatorze horas e sete minutos, no auditório do
2 Escritório da Defesa Agropecuária sito à Via Chico Mendes nº 50, havendo quórum, realizou-se
3 a primeira reunião ordinária do ano de dois mil e quinze do COMDEMA - Assis, com a
4 presença dos seguintes conselheiros: a presidente Rosângela Cavallini da Silva, que presidiu a
5 reunião e os demais membros: Andréia Lúcia Cabelo Miras (SEC. DA AGRICULTURA), Paulo Cesar
6 Alexandrelli (DAEE), José Carlos Molina Max (COMDURB), Clodoaldo de Almeida (ONG. SP.
7 FLORESTA), Antônio Carlos Galvão Melo (INSTITUTO FLORESTAL), Ramon Juliano Rodrigues (UNESP),
8 Luciano Taveira Bartos (ASSOC. ENG. ARQ. AGRO), Ricardo Augusto Spinardi Bueno (UNOPAR),
9 Jesualdo Eduardo de Almeida Jr (ROTARY CLUBE ASSIS NORTE), Bruno Moraes da Mota (SMMA),
10 Leandro Pepes Cardoso de Almeida (ASSOC. PROF. CONTABEIS ASSIS), Geraldo Antonio Miranda
11 (EDEVF), João Haddad Neto (SINDICATO RURAL), Fabiano Fontolan (ESCRITÓRIO DEFESA AGROPECUARIA),
12 Luiz Antonio Pavão (CATI), Vilma Rodrigues Cipriano Soares (COOCASSIS), Cledir Mendes Soares
13 (SEC. DA AGRICULTURA), Júlio Antonio Paschoalino (SABESP), Cássio Alfredo Souto Vasconcelos
14 (DER-7), Célio Rossini (SEMPLOS), Márcia Marise Cação Rodrigues (CDVALE), Horst Gunter Muller
15 (ASSOC. MORAD. COHAB ASSIS IV), Luiz Antonio Carmargo (SINTAEMA). **1.1. Leitura, Apreciação e**
16 **Aprovação por unanimidade da ata da décima segunda reunião ordinária do ano dois mil e**
17 **quatorze. O conselheiro Geraldo enfatizou a correção da palavra "fossa" na linha 41 e assim a**
18 **ata foi aprovada por unanimidade. 2. Pequeno Expediente: 2.1. Justificativas de ausências**
19 **dos conselheiros: Solange Bongiovanni (ASSOC. ENG. ARQ. AGRO), José Reynaldo Bastos da Silva**
20 **(UNIP), Sérgio Dona (ONG CdVale), Francisco Carbone (OAB), José Andre (ASSOC. MORAD. VILA EBENEZER,**
21 **V. RODRIGUES E STA RITA), José André dos Santos (ASSOC. MORAD. V. RODRIGUES, STA RITA E EBENEZER) e**
22 **Marcelo Fábio Molitor Carpentieri (SEMPLOS). 2.2 Correspondências Recebidas: não houve. 2.3**
23 **Correspondências Encaminhadas: Ofício COMDEMA-Nº 45/14 de 09 de Dezembro de 2014 -**
24 **Envio de Ata da 12ª Reunião do COMDEMA do ano de 2014 - Câmara Municipal de Assis.**
25 **2.3.5 - Ofício COMDEMA-Nº 46/14 de 09 de Dezembro de 2014 - Envio de Ata da 12ª**
26 **Reunião do COMDEMA do ano de 2014 - Prefeito Municipal de Assis. A Srª Presidente**
27 **lembrou a todos que as atas estão sendo encaminhadas mensalmente à Câmara Municipal e ao**
28 **Prefeito Municipal sendo que as mesmas também estão sendo publicadas no Diário Oficial do**
29 **Município. 3. Grande Expediente: A Srª Presidente informou que para o andamento do**
30 **processo sucessório da gestão 2015/2017 do COMDEMA estão sendo enviados os ofícios**
31 **para as entidades representantes. Solicitou que os conselheiros que interessados em continuar**
32 **participando da nova gestão deverão se manifestar ao órgão que representa. O cadastramento**
33 **das entidades será realizada até o dia 20 de fevereiro sendo a posse prevista para o dia 17 de**
34 **março de 2015. A Srª Presidente lembrou que a próxima reunião ordinária será no dia 24 de**
35 **fevereiro e perguntou sobre a preferência do local. O conselheiro José Carlos Molina Max**
36 **disse que a reunião do dia 17 de março terá que ser em um espaço maior e assim a Srª**
37 **Presidente informou que escolherá o local e avisará a todos. 4. Comunicação Livre dos**
38 **Conselheiros: Será deixado para depois, se houver tempo, haja vista a extensão da Ordem do**
39 **Dia. 5. Ordem do Dia: A Srª Presidente passou a palavra ao grupo de trabalho que estudou o**
40 **conteúdo referente ao ofício recebido da Câmara Municipal de Assis a respeito do Projeto de**
41 **Lei Complementar nº 09/2014 que trata da alteração da Tabela dos Coeficientes do Inciso III,**
42 **do Art. 97, da Lei Complementar nº 10, de 10 de Outubro de 2006 - Plano Diretor**
43 **Participativo do Vereador Eduardo de Camargo Neto. O grupo conclui que ambientalmente a**
44 **alteração é viável, já que o percentual obrigatório de permeabilidade será elevado de 20 para**
45 **30%. Foi concluído, ainda, que é necessário considerar as áreas antigas que não estão**
46 **enquadradas neste novo percentual. O conselheiro José Carlos Molina Max disse que o Plano**
47 **Diretor faz menção à área de manancial que compreende a Zona 3B devendo, portanto, ser**
48 **seguido. A Srª Presidente disse que pediu auxílio ao conselheiro Jesualdo Eduardo de**
49 **Almeida Jr. e ainda entrou em contato com Fernando Mossini questionando sobre a revisão**
50 **do Plano Diretor. O mesmo informou que a respeito desse assunto haverá uma avaliação sobre**

51 a obrigatoriedade de realização de uma audiência pública pela Câmara Municipal de Assis
52 para avaliação do Projeto de Lei. A Sr^a Presidente perguntou aos conselheiros como deveria
53 responder a Câmara Municipal e concluiu-se que o grupo de trabalho estudará uma resposta
54 que será enviada a todos os conselheiros. O conselheiro Antonio Carlos Galvão Melo
55 prontificou-se a analisar o Plano Diretor e assim contribuir para a análise do caso. O
56 conselheiro Jesualdo Eduardo de Almeida Jr. perguntou qual a justificativa para o caso e a
57 resposta foi que há uma empresa interessada em vir para a cidade. Para ele não se pode alterar
58 a Lei por conta do interesse de alguém e com isso o conselheiro Ricardo Augusto Spinardi
59 Bueno questionou o que seria mais importante: o interesse econômico ou o interesse da
60 sustentabilidade na proteção do manancial? O conselheiro Antonio Carlos Galvão Melo
61 questionou se houve alguma manifestação técnica da Secretaria de Obras. Já o conselheiro
62 Jesualdo Eduardo de Almeida Jr. perguntou se na opinião dos técnicos há impacto, pois
63 reclama-se tanto que o município não acolhe empresas. Desta forma, o grupo de trabalho
64 elaborará uma resposta e o COMDEMA avaliará para a elaboração do documento final para a
65 Câmara Municipal de Assis. O conselheiro Antonio Carlos Galvão Melo fará uma pesquisa no
66 Plano Diretor sobre a necessidade de realização de audiência pública para ajudar a compor a
67 resposta à Câmara Municipal de Assis. Posteriormente a Sr^a Presidente passou a palavra ao
68 conselheiro Bruno Moraes da Mota que fez uma apresentação do Plano Municipal de
69 Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. O conselheiro informou que o documento está
70 pronto e que ainda haverá uma audiência pública para a discussão do mesmo. Entre a
71 apresentação dos dados, o conselheiro informou ainda que o Plano foi elaborado em forma de
72 consórcio - CIVAP, porém, fez melhorias e adaptações de acordo com a realidade do
73 município. A Sr^a Presidente perguntou se o Plano passaria pelo COMDURB e Bruno disse
74 que não. O conselheiro José Carlos Molina Max sugeriu que sim. Ao final da apresentação o
75 conselheiro informou que deu entrada hoje no licenciamento do cemitério municipal. Nesse
76 momento a Sr^a Presidente sugeriu que fosse dada a oportunidade aos conselheiros de
77 elaborarem perguntas. Iniciando-se com a conselheira Vilma Rodrigues Cipriano Soares, a
78 mesma questionou sobre as lâmpadas fluorescentes, se a logística reversa seria contemplada
79 no Plano. Bruno Moraes da Mota informou que provavelmente sim, pois através de uma
80 conversa com a ACIA o conselheiro Cledir Mendes Soares está em contato com uma empresa
81 de São Paulo para negociar a questão. A seguir o conselheiro Ricardo Augusto Spinardi
82 Bueno deu início às perguntas sendo a primeira sobre os serviços de saneamento como consta
83 na página 63 do Plano. O conselheiro questionou sobre as lagoas de tratamento de esgoto, já
84 que após a limpeza dos tanques para onde irão os resíduos? Bruno Moraes da Mota informou
85 que já entrou em contato com a Sabesp através de ofício e ainda não obteve resposta,
86 informou também que o tratamento secagem e destinação como resíduos de classe II após a
87 resposta o conselheiro Ricardo Augusto Spinardi Bueno alertou para a necessidade do próximo
88 contrato com a concessionária de água e esgoto de ter uma cláusula em que remete a
89 responsabilidade da concessionária à responsabilidade do destino final do resíduo do
90 tratamento de esgoto. A segunda pergunta refere-se a página 89 a respeito de container. O
91 conselheiro aprovou a ideia, mas enfatizou a necessidade de um planejamento eficaz, já que a
92 alternativa pode gerar acúmulo, mau odor e vandalismo. Sobre a página 97 do Plano o
93 conselheiro questionou se a usina de reciclagem será reativada. Bruno Moraes da Mota
94 respondeu que a COOCASSIS opera a Unidade de Reciclagem, no entanto é necessário criar
95 uma central de gerenciamento de resíduos com reciclagem e compostagem,
96 (vermicompostagem, biodigestão ou do composto gerado) e com custo aproximado de R\$
97 12.000.000,00. O conselheiro Ricardo Augusto Spinardi Bueno questionou sobre o tempo de
98 vida do aterro de inertes localizado no CDA, conforme consta a página 113. Bruno Moraes da
99 Mota disse que o aterro tem de 1 a 2 anos de atividade e quando expirar o prazo poderá ser
100 realizada a concessão dos serviços e assim, a empresa que gerenciar o empreendimento será

101 responsável por tal eximindo conforme o que determina a Política Nacional de Resíduos
102 Sólidos, sendo o gerador o responsável pela destinação final ambientalmente adequado.
103 Dando continuidade às perguntas o conselheiro Ricardo Augusto Spinardi Bueno questionou
104 sobre a coleta dos resíduos de serviços de saúde, conforme consta a página 119 do Plano. O
105 mesmo perguntou se seria possível vender contêiner e/ou o saco de armazenamento para os
106 geradores. A seguir o conselheiro Bruno Moraes da Mota informou que a Prefeitura está em
107 contato com os geradores para adequar esta geração com a Lei 12.305/10, pois os geradores
108 são responsáveis pelo gerenciamento de resíduos de serviço de saúde e sua destinação final
109 ambientalmente adequada. O conselheiro Ricardo Augusto Spinardi Bueno, após ter
110 finalizado seus questionamentos sobre o Plano, perguntou sobre o lixo acumulado na Usina de
111 Reciclagem. Bruno Moraes da Mota informou que em agosto de 2014 encerrou a disposição
112 de lixo no aterro municipal e por 3 meses o lixo teve a destinação final ambientalmente
113 adequada por meio de empresa especializada em empreendimento privado no município de
114 Quatá, informou ainda que o Município contratou serviço de transporte e destinação final
115 ambientalmente adequado e por conta do aumento do valor da tonelada, e a responsabilidade
116 fiscal na elevação do custo de destinação final ambientalmente adequada e apontamento do
117 Tribunal de Contas, a Prefeitura não poderia renovar o contrato em vigor, deste modo foi
118 aberta uma licitação, e até que todos os prazos legais fossem cumpridos, desde a abertura até a
119 assinatura do contrato e emissão de ordem de serviço fosse emitida o lixo foi armazenado na
120 Usina de Reciclagem. Bruno Moraes da Mota enfatizou que o mesmo vem sendo retirado do
121 espaço desde o dia 26 de dezembro, e que há uma licença da CETESB autorizando o
122 armazenamento de resíduos naquele local. O conselheiro Ricardo Augusto Spinardi Bueno
123 perguntou por que a empresa de Palmital de tratamento de lixo não está contemplada no Plano
124 e Bruno Moraes da Mota informou que pelo fato da destinação ser terceirizada, desde que a
125 empresa cumpra os requisitos ambientais conforme orientações legais e licenças vigentes, a
126 destinação final é o acordo comercial entre a empresa contratada pelo município e o
127 empreendimento. O conselheiro José Carlos Molina Max perguntou se será mantido o sistema
128 de coleta em relação ao transbordo e Bruno Moraes da Mota disse está sendo providenciada
129 licença ambiental para a atividade de Estação de Transferência de Resíduos ou Estação de
130 Transbordo nas imediações do aterro de inertes. O conselheiro José Carlos Molina Max
131 lembrou que a nascente do Distrito Industrial já está quase nas dependências da empresa
132 Cheiro Verde por conta da erosão e deve-se tomar cuidado com a questão do transbordo
133 naquela área. O Conselheiro Ricardo Augusto Spinardi Bueno perguntou o porque de não
134 fazer o transbordo na área em que era para ser o aterro sanitário ao invés do aterro de inertes.
135 O Conselheiro Bruno Moraes da Mota informou que a construção da Estação de Transbordo
136 respeita as normas de segurança ambiental como pátio impermeabilizado e tanques de
137 contenção de líquido percolado. A Sr^a Presidente perguntou qual deveria ser o
138 encaminhamento a respeito do Plano. Bruno respondeu que encaminhará ao COMDURB e
139 espera que o COMDEMA aprove. Solicitou que todos apontem os erros, que sugeriram e
140 posteriormente as melhorias sejam feitas. A Sr^a Presidente sugeriu a realização de uma
141 reunião extraordinária para tentar encerrar o assunto e foi estabelecido o dia 10 de fevereiro e
142 todos aprovaram. A Sr^a Presidente informou que confirmará o local e o conselheiro Luiz
143 Antonio Pavão confirmará a possibilidade de utilizar o Auditório da CATI. **6. Considerações**
144 **Finais e Encerramento da Reunião:** Nada mais havendo a tratar, às 16:23h a Sra. Presidente
145 Rosângela Cavallini da Silva agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião da
146 qual eu, Andréia Lúcia Cabelo Miras, que a secretariei, lavrei a presente ata, que vai ser
147 assinada por mim pela senhora presidente.

148 Andréia Lúcia Cabelo Miras
149 Secretária


Rosângela Cavallini da Silva
Presidente